

RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO: o exemplo de Vitória no contexto escolar¹

RECOGNIZING THE IMPORTANCE OF INCLUSION: the example of Vitória in the school context

Jéssica dos Santosⁱ

RESUMO: O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como finalidade investigar as práticas de inclusão de uma estudante com Síndrome de Down na escola, em duas perspectivas: aula comum e atendimento educacional especializado (AEE). A pesquisa foi realizada em uma escola de Rede Municipal na cidade de Vera, Mato Grosso (MT), com abordagem qualitativa por meio de observações e entrevistas semiestruturadas com professores que trabalhavam diretamente com a aluna. Realizamos nosso diálogo conceitual com a autora Marta Gil como orientação central. O presente trabalho nos revelou que a prática de educação inclusiva acontece de maneira limitada e improvisada no espaço escolar, decorrente da falta de formações continuadas para professores de sala comum e tendo as práticas educativas dissociadas das práticas do AEE.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Educação Inclusiva. Educação Especial.

ABSTRACT: This paper presents the result of a research whose purpose was to investigate the inclusive practices of a student with Down syndrome in school from two placements: general education and resource room. The research was conducted in a public primary school in Vera, Mato Grosso (Brazil), using qualitative methodology through observations and semi-structured interviews with teachers who worked directly with the student. We conducted our conceptual dialogue with author Marta Gil as guidance. The

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A SÍNDROME DE DOWN: “oi Vitória” entre a inclusão e o que acontece, sob a orientação do Prof. Dr. Marion Machado Cunha, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2023/1.

present study revealed that practices of inclusive education in this school happen in a limited and improvised environment due to the lack of continuous professional development for the class teachers and classroom practices dissociated from the special needs requirements.

Keywords: Down Syndrome. Inclusive Education Practices. Special Needs Education.

1 INTRODUÇÃO

Para o processo de inclusão de alunos com Síndrome de Down, é preciso analisar sob que condições a inclusão e aprendizagem se mobilizam nas práticas pedagógicas, levando em conta as vivências produzidas no espaço escolar. Existem escolas de qualidade com espaços educativos que buscam ensinar as crianças e jovens a valorizarem a diferença através da convivência com o professor e em todas as relações estabelecidas na comunidade escolar. No entanto, entre a vida e a escola há processos intrincados e complexos quando se trata da inclusão e exclusão. Nessa medida, é plausível problematizar as relações pedagógicas que escapam aos sujeitos escolares. Para esses lugares problematizadores, essa pesquisa se voltou para discutir as práticas da educação inclusiva com estudantes de Síndrome de Down na rede municipal da cidade de Vera, Mato Grosso (MT).

O presente estudo abordou as ações de inclusão que são priorizadas no espaço escolar para alunos com síndrome de Down e as relações que são direcionadas na e pela educação especial para esse público-alvo do atendimento educacional especializado (PAEE) das escolas públicas municipais de Vera, no Estado de Mato Grosso (MT).

O objetivo dessa pesquisa foi compreender as interações pedagógicas entre professores da sala de aula comum e os professores do AEE no processo de inclusão de uma estudante com Síndrome de Down e analisar as práticas de inclusão para essa aluna. Ela emerge necessariamente numa perspectiva de entender e analisar sobre que contexto essas práticas acontecem.

Optou-se pela pesquisa de campo com abordagem qualitativa pautada nas técnicas de observações e entrevista semiestruturadas. As entrevistas foram direcionadas aos professores que trabalhavam diretamente com a aluna, sendo assim a de sala comum e a professora do AEE, no segundo semestre de 2022.

2 SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down (SD) é uma anomalia genética que pode ser diagnosticada facilmente após o nascimento, pois a criança possui algumas características clínicas e físicas que possibilita a identificação. As características típicas apresentadas em crianças com Síndrome de Down são: baixa

estatura, Hipotonia² muscular, olhos pequenos e oblíquos, nariz pequeno e achatado, branquicefalia³, cabelo fino e liso, orelhas Displasias⁴, pescoço curto e múltiplas condições médicas (Coelho, 2016). Cada criança apresentará diferentes particularidades, tanto físicas como patológicas, levado em conta que será puxado a descendência de sua família. Desse modo o seu desenvolvimento motor, sua deficiência mental e a sua adaptação na sociedade serão de acordo com cada indivíduo (Déa; Duarte, 2009).

A criança com Síndrome de Down apresenta algumas alterações auditivas e visuais, as quais dificultam nas atividades escolares, principalmente sem a estimulação precoce. É imprescindível os cuidados e a estimulação por parte da família, pois é onde a criança passa a maior parte do seu tempo, uma contação de história, a indução a pintura e musicalização já faz toda a diferença e ajuda os profissionais que estarão com caso.

Micheletto (2009) aponta para as vantagens da estimulação precoce em três áreas da saúde: Fisioterapia, Fonoaudioterapia e terapia ocupacional irão auxiliar na coordenação motora, física e mental, trazendo consequências positivas na vida da criança. Porém, com estimulações tardias apresentará graves consequências.

A ausência, de mora ou inadequação da estimulação, porém, podem limitar o desenvolvimento do indivíduo. Os pacientes com SD comumente são encaminhados muito tarde para estimulação, quando já apresentam prejuízos do desenvolvimento neuropsicomotor. Tal quadro poderia ser prevenido com uma orientação correta das mães e cuidadores com relação aos estímulos precoces necessários para suas crianças. Como os métodos de tratamento são paliativos e sintomáticos, devem ser aplicados em combinação, dando suporte um para o outro, adaptado as necessidades específicas de cada indivíduo (Micheletto et al., 2009).

Com isso, não existe um guia que mostra o ápice do desenvolvimento da criança, incluindo a com SD. Cada uma tem sua individualidade carregando consigo suas inseguranças em se adaptar no mundo. Sabe-se também que com tratamentos indispensáveis desde seu nascimento, a criança irá superar expectativas durante sua trajetória de vida.

2.1 A inclusão da criança com Síndrome de Down no ambiente escolar

Para que uma criança seja incluída no ambiente escolar, é preciso antes de mais nada um lugar com estrutura física adequada, levando em consideração que a criança precisa se sentir parte daquele lugar novo, De acordo com Gil (2005, p.24), a “Educação Inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não”.

² Hipotonia: diminuição da tonicidade ou tensão muscular normal (Dicionário Médico Blakiston, 1982, p.538)

³ Branquicefalia: cabeça curta, com índice cefálico – relação da maior largura da cabeça e maior comprimento multiplicado por 100 (Dicionário Médico Blakiston, 1982, p.562).

⁴ Displasia: desenvolvimento ou crescimento anormal (Dicionário Médico Blakiston, 1982, p.329).

Porém, apenas a estrutura física não é o suficiente para que as relações se pautem no movimento de inclusão em plena conexão com a aprendizagem e as vivências dos sujeitos prioritário da Educação Especial. Fundamentalmente, uma criança com SD, por exemplo, exige direcionamentos pedagógicos e metodológicos focados em sua funcionalidade e capacidades específicas, sejam cognitivas ou motoras, considerando suas idiossincrasias subjetivas, isto é, o modo como ela organiza sua experiência de vida. Segundo Gil (2005, p.24), a educação inclusiva busca “[...] garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade”, fazendo com que sejam atendidas todas as crianças com ou sem deficiência.

Assim a escola tem o papel de se ajustar a todas as crianças, e não as crianças a ela, isso pode acontecer por meio da criação de novas estratégias e meios para que o desenvolvimento social, cultural e individual desse sujeito seja alcançado, tendo um papel de grande importância na vida dessa criança e das demais pessoas na convivência entre as diferenças. (Silva, 2020, p.5)

A inclusão de crianças com Síndrome de Down no ensino regular, beneficia não somente a criança, mas também seus colegas de turma. A criança com SD, sendo inserida no contexto escolar, faz com que os demais alunos a enxerguem de forma mais humana, gerando uma troca de valores entre si, valorizando suas diferenças e estabelecendo menos preconceito do que é pregado como “normalidade” para eles. Segundo autores como Teixeira e Kubo (2008, p.76), “Alunos que convivem com colegas com necessidades especiais aprendem a resolver problemas de forma cooperativa e apresentam menos comportamentos segregadores ou excludentes”.

O papel da escola é incentivar e buscar desenvolver esse aluno com SD, fazendo com que ele vivencie da melhor maneira o ambiente social com outras crianças, visando diminuir as diferenças e a discriminações existentes na sociedade.

Para trabalhar com uma criança com SD, são muitos os desafios: formação específica direcionada para esse estudante, associada aos lugares de íntima relação de empatia e segurança na aprendizagem. Também necessitam de materiais didático-pedagógicos apropriados para que esse estudante se potencialize de todas as suas capacidades cognitivas, motoras e afetivas. Batista (2007, p.28) aponta que “a inclusão exige que o educador amplie as competências que já possui: observa, investiga, planeja de acordo com o aluno que possui, avalia continuamente seu trabalho, redimensiona o seu planejamento[...]”.

Nesse contexto, o professor enfrenta o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas diversificadas que facilitem o processo de ensino e aprendizagem, com foco nas crianças com Síndrome de Down (SD), permitindo que todos os alunos se beneficiem de um ambiente inclusivo. Essa abordagem envolve adaptações específicas para atender às necessidades da criança com SD, conforme necessário. A citação “A educação é um processo de construção humana cujos efeitos produzem mudanças na configuração do sujeito, fazendo-o de mais flexível, mais especializado, mais humano, mais configurado de acordo com o sistema de valores que lhe serve de referência” (Brasil, 2009) destaca a importância da educação como um meio para capacitar os indivíduos, tornando-os mais versáteis, especializados e em sintonia com os valores que os orientam. Isso reforça a necessidade de uma abordagem inclusiva na educação, buscando o desenvolvimento integral de cada aluno, incluindo aqueles com SD.

Diante disso, uma posição afetiva na educação ajuda a quebrar barreiras entre o professor e o aluno. Com base na afetividade que a criança recebe ou não em casa, entende-se que a escola precisa ser um ambiente acolhedor, de tal forma que a criança sinta segurança em seu processo de formação. Uma formação continuada e urgente para além da pluralidade dos sujeitos da educação especial, trata das singularidades que são exigidas, como no caso de crianças com SD:

Nesse caso, o educador serve de continente para a criança. Poderíamos dizer, portanto, que continente é o espaço onde podemos depositar nossas pequenas construções e onde elas tomam um sentido, um peso e um respeito, enfim onde elas são acolhidas e valorizadas, tal qual um útero acolhe um embrião (Saltini, 1997, p. 89)

Contudo, é necessário que a criança construa bases sólidas na escola, principalmente na Educação Infantil, pois é nessa etapa que o papel do professor é exercido em conjunto com a família e a escola. Não é apenas sobre ensinar, é como ensinar, pois a forma que o educador aborda a criança interfere diretamente em como ela reagirá em determinadas ocasiões.

3 METODOLOGIA

O presente estudo buscou investigar o processo de inclusão de uma aluna com Síndrome de Down, cujo nome fictício ficou delimitado como Vitória. A criança possui 7 anos de idade e se encontrava matriculada em uma turma do 1º ano do ensino fundamental, em uma escola de rede pública da cidade de Vera/MT.

A pesquisa deu-se a partir de uma investigação com abordagem qualitativa (Triviños, 1987; Minayo, Deslandes; Gomes, 2009) desenvolvida como pesquisa de campo pelas técnicas de observações e entrevistas semiestruturadas e teve a participação das professoras de sala comum, professores de AEE e equipe Gestora.

Para a realização do estudo, foi disponibilizado um ofício de autorização sendo encaminhado até a secretária de Educação, bem como termos de consentimentos para os envolvidos na pesquisa assinarem.

Após apresentar a proposta e receber a autorização da secretária, foi encaminhada a documentação assinada até a equipe gestora da escola, que demonstrou bastante interesse em contribuir com a pesquisa. Toda equipe multidisciplinar a ser investigada foi apresentada e passaram a responder a entrevista semiestruturada, que continha dezoito (18) perguntas e foi aplicado individualmente a cada professor em horário que se encontravam em planejamento.

O questionário foi entregue aos professores um dia antes para que facilitasse a compreensão e explicadas no dia da entrevista antes das perguntas. Informou-se também, que os envolvidos na pesquisa não seriam expostos, suas falas e nomes seriam resguardados mantidos em sigilo.

Com isso, foram entrevistados três (3) professores, dois que trabalham diretamente com a criança e um coordenador pedagógico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção aborda a coleta de dados feitas através da vivência da pesquisadora na cidade de Vera, MT. Foram participantes da entrevista semiestruturadas uma professora de sala comum, uma do AEE e o coordenador pedagógico, totalizando três (3,) professores. Segue o quadro:

QUADRO 1- OS SUJEITOS DA PESQUISA E DESCRIÇÕES

<i>SUJEITO PARTICIPANTE DA PESQUISA</i> ⁵	<i>DESCRIÇÃO</i>
Professora Maria Rosa	Trinta e seis anos, graduada em Pedagogia pela faculdade Fera em 2021. Atua na educação básica a 2 anos.
Professora Celma	Quarenta e oito anos, graduada em Pedagogia pela Unemat em 2000. Pós-graduada em Educação Especial (pela UNEMAT), psicopedagogia, gestão escolar e docência para o ensino superior. Atua na educação básica a 5 anos e na modalidade do AEE a 8 anos.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nas entrevistas, as professoras explicam como é essa interação/convivência com as outras crianças em sala de aula e no contra turno na sala do AEE. Segundo Maria Rosa, professora de sala comum:

(01) Professora Maria Rosa: Na verdade, existe uma exclusão. Ela é mais separadinha do restante da turma, ela mesmo até se afasta um pouco, então ela não fica tão junto com os outros alunos. Eu tento fazer com que os outros alunos se aproximem, mas não tem muito efeito.

Professora Celma, da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), relata em sua entrevista que Vitória tem uma convivência agradável com os colegas, mas que ela fica um pouco insegura para se comunicar com as crianças.

(02) Professora Celma: Eu atendo ela com os colegas, a interação é bem respeitosa, brincam, um ajuda o outro né nos jogos, é bem assim, conversam, o dialogo deles é bom, brincam não brigam, um respeita o outro. Assim, como se fosse uma criança normal, não tem diferença, isso é de suma importância uma

⁵ Para proteger a identidades de nossos sujeitos de pesquisa, iremos adotar o critério de nomes fictícios.

se interagir com a outra, por que ali diserta a oralidade, interagem melhor, desperta a auto confiança a auto estima dela melhora, ela fica mais segura de se comunicar com outras pessoas.

As professoras Maria Rosa e Celma destacam em suas entrevistas a importância das ações pedagógicas diferenciadas. É notório os destaques que elas dão em suas entrevistas da posição pedagógica que a inclusão assume como relação necessária para atuar com estudantes que exigem práticas pedagógicas diversificadas e conectadas às funcionalidades cognitivas e físicas dos estudantes de AEE, e, nesse caso, de uma estudante com SD. Cabe esclarecer que existe um campo formal de exigências legais e que, inclusive, define a inclusão como prática indispensável da ação docente. Enfrentando, quando buscamos conexões entre as práticas pedagógicas, isto é, dos processos de aprendizagem combinados entre a sala comum e o AEE com a vivência da estudante, centrados em seu desenvolvimento da estudante, nos deparamos com uma realidade em que a única unidade é a própria estudante localizada fisicamente nesses espaços de aprendizagem: na sala comum, de um lado, e no AEE, do outro lado. Vejamos mais de perto essa constatação.

(03) Professora Maria Rosa: A gente prepara atividade maiores com a letra mesmo, para que ela possa enxergar melhor, para que ela possa mesmo estar conseguindo fazer a atividade [...] ela tem mesmo essa dificuldade de enxergar, de observar.

(04) Professora Celma: [...] ela não consegue acompanhar a turma né, então como ela não consegue acompanhar a turma, a atividade tem que ser adaptada pra ela, de acordo com a, respeitando o limite dela né, o desenvolvimento dela. Realizo atividade utilizando recursos pedagógicos né, que envolva a pratica e o concreto mesmo para promover o aprendizado do aluno, jogos diversos pedagógicos que eu tenho aqui, dominó, memória, jogos de encaixe, através da psicomotricidade também, que eu faço brincadeiras, acaba envolvendo todo mundo, com bolas, bambolês, túnel, andam também em cima da ponte para trabalhar o equilíbrio, trabalho junto atividades de recorte e colagem para montagem de cartaz, essas coisas assim.

Para trabalhar com a com a criança com SD, o profissional necessita ampliar e possibilitar que o aluno realize atividades mais dinâmicas, intencionado participações ativas para proporcionar relações do estudantes com as atividades propostas, com materiais concretos e atividades lúdicas, como estratégias estimuladoras sob o lugar de dimensões pedagógicas sob duas bases: uma base comum para todos estudantes, mobilizando suas singularidades.

Professora Maria Rosa destacou em entrevista que não obriga a Vitória a fazer os registros, pois busca sempre respeitar seus limites. A professora Celma do AEE baseada em sua experiência, explicou em entrevista que através de jogos ela consegue trabalhar a coordenação motora da criança. Nos deparamos com duas situações pedagógicas e práticas distintas: a da sala comum e a de AEE.

(05) **Professora Celma:** Aqui eu trabalho mais na verdade mais com jogos no concreto, principalmente com Síndrome de Down, que ela aprende mais visualizando, mais no concreto. Ela assimila melhor e depois eu vou para a escrita. Mas assim, ela tem a dificuldade mais na coordenação motora, a musculatura dela, né, não ajuda muito. Mas mesmo assim eu faço vários trabalhos aqui, não é só a leitura, escrita, com jogos, né. Trabalho a psicomotricidade, coordenação motora.

Diante de algumas observações de trabalhos divergente, problematizamos com a docente sobre a possibilidade do trabalho colaborativo entre a professora de sala comum e a professora de AEE que atua com o estudante com SD.

Diante desse questionamento, a professora de sala comum explica que não existe esse trabalho colaborativo, cada um faz o seu planejamento e trabalha como acharem melhor:

(06) **Professora Maria Rosa:** Atividade que eu trabalho em sala, eu trabalho com ela ali, já o que ela faz com a Vitória eu não tenho conhecimento. São dois planejamentos totalmente separados.

Professora Celma, complementou que:

(07) **Professora Celma:** Não tem seguimento porque lá é diferente, lá ele segue em matérias, disciplinas. Aqui não tem, e se a criança está com excesso de alfabetização aprender a ler, eu não posso seguir. Então aqui eu trabalho mais na verdade aqui. Você viu, aquele dia é mais com jogos no concreto, principalmente com Síndrome de Down, que ela aprende mais visualizando, mais no concreto.

No período de observação registrada no diário de campo, destaca-se o gesto de um colega em relação a Vitória, onde ela é reconhecida como uma pessoa que transcende as práticas pedagógicas que não promovem inclusão. Durante o intervalo, todos que passam por ela a cumprimentam, demonstrando um ambiente de acolhimento, onde as relações interpessoais prevalecem, como evidenciado na frase “Oi Vitória” (Diário de Campo, 30 set 2022).

Isso ilustra a importância de construir um ambiente escolar que valorize e inclua cada indivíduo, independentemente de suas diferenças.

Contudo, diante dos relatos das profissionais acima, a instituição, juntamente com todo o corpo de funcionários, busca de alguma maneira formas para atender essa aluna com SD. Embora a estudante seja a centralidade no AEE, fora desse espaço ele se soma as relações comuns dos demais estudantes. Com isso, a pesquisa aponta aspectos que merecem atenção por partes profissionais envolvidos na escola, pois a instituição ainda não está preparada para atender realmente as necessidades de aprendizagem de um aluno com Síndrome de Down.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esse estudo, pode-se perceber a grande importância da escola para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down desde a educação infantil, onde toda estimulação, expressão e comunicação é uma descoberta que favorece o crescimento da criança.

A escola deve buscar trabalhar de forma conjunta, além do corpo de funcionários escolar, deve também ter o suporte ativamente da família nesse processo da inclusão da criança, onde a instituição acolherá, respeitará e irá garantir que o aprendizado será equiparado aos dos colegas de sala (claro, respeitando seus limites), tornando-o um cidadão com oportunidades semelhantes a uma criança normal.

A inclusão da Vitória no ambiente escolar, depende os “oi Vitória” como condição da vida e das relações não inclusivas, de superar uma escola que tem urgência de outras práticas educativas, como o oi Vitória. Embora se trate de um processo de alfabetização pós pandemia, a existência humana e sua diversidade não deixou de ocorrer, em toda a sua singularidade, que necessita de novas práticas pedagógicas. Dentre elas, destacamos a formação continuada no ambiente escolar e sair do aceno para os “abraços” pedagógicos inclusivos para e com o sujeito de potencialidades

A prática da educação inclusiva não se consiste como elemento organizador do trabalho docente das escolas, o que faz com que os professores de sala comum trabalhem de forma generalizada e com uma ação espontânea do estudante da educação especial. Enquanto o professor da sala do AEE, por vincular-se diretamente a especialidade e a singularidade do estudante ele dá conta das relações que a estudante precisa.

A resposta desse elemento traduz o lugar que pessoas como Vitória ocupa na escola, ou seja, a escola ainda não está constituída para atender realmente as necessidades de aprendizagem da Vitória ou qualquer outro aluno, a não ser um momento único que é o AEE.

REFERÊNCIAS

BARROS, G. B. S. Síndrome de Down e relações de inclusão. **Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 11, n. 2 (29. ed.), p. 247-256, ago./dez. 2020. Disponível em:

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>. Acesso em: 10 nov 2023.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado em deficiência mental In: BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E (coords.) **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência mental**. Brasília, MEC/SEESP, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**: Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Diário Oficial [da] República Federal do Brasil, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

- COELHO, C. A **Síndrome de Down**. Dissertação (Mestre em Psicologia Clínica e da saúde) – Faculdade de Psicologia de Porto, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016.
- DÉA, V. H. S.; DUARTE, E. **Síndrome de Down: informações, caminhos e histórias de amor**. São Paulo: Phorte, 2009.
- GIL, M. (Coord.) **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SALTINI, C. J. P. **Afetividade e Inteligência**. Rio de Janeiro: DPA, 1997.
- TEIXEIRA, Fernanda Cascaes; KUBO, Olga Mitsue. Características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v.14 n.1 jan./abr. 2008. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?...S1413-65382008000100007. Acesso em: 25 set. 2023.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 8 de novembro de 2023.

Aprovado em: 15 de dezembro de 2023.

Link/DOI: <https://doi.org/10.30681/rebs.v14i3.11974>

ⁱ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN), semestre 2023/2. Sinop, Mato Grosso, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7570-6985>

e-mail: jessica.s@unemat.br